

**AS TRAMAS DA DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA:
a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional
Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**

**THE WEFT OF DE (RE) TERRITORIALIZATION PEASANTS: the
reinvention of the veredeiro territory surrounding the Parque
Nacional Grande Sertão-Veredas, north of Minas Gerais**

Geraldo Inácio Martins

Mestre em Geografia- UFU
geraldomartine@yahoo.com.br

João Cleps Junior

Professor do Instituto de Geografia - UFU
jcleps@ufu.br

Resumo

A natureza da criação e destruição de territórios tem pelos menos duas faces, uma que envolve sujeitos historicamente interligados a experiência total do espaço, portanto, um processo de apropriação simbólica e funcional, e outra ligada às lógicas (agentes) dominantes, os da territorialização sem a efetiva territorialidade. São estes dois processos, (movimentos) que propomos a entender com este texto. Nele versamos sobre o encontro – desencontros - dos veredeiros, população rural dos gerais do Norte de Minas Gerais, com os agentes da modernização do território, os agentes do agronegócio e ambientalistas. A pesquisa foi desenvolvida no Projeto de Assentamento São Francisco no município de Formoso- MG. Tal projeto de assentamento foi criado essencialmente para receber os veredeiros atingidos pela Unidade de Conservação PARMA GSV. No final, a pesquisa demonstra que este encontro cria a expropriação em nível material, a terra de trabalho e os recursos naturais essenciais à sobrevivência, e também nas representações de território, a supressão das ligações históricas entre homem-natureza e a quebra das solidariedades entre os próprios homens. Isto porque lógicas distintas de apropriação e produção do território são colocadas sobre um mesmo plano.

Palavras-chave: Veredeiro. Camponês. Território. Desterritorialização. Unidade de Conservação.

Abstract

The nature of creation and destruction of territories has at least two faces, one that involves subject historically connected to the full experience of space, so, a process of symbolic and functional appropriation, and other linked to dominant logical – of the territorialization without the effective territoriality. These are two processes (movements) that we propose to understand this text. It knowledgeable about the meeting - misunderstandings - of veredeiros, rural population of northern Minas Gerais, with the agents of modernization of the territory, with the agents of agribusiness and

environmentalists. The research was carried in the San Francisco Settlement Project in the town of Formoso, MG. Such a settlement project was designed primarily to receive the veredeiros hit by the Conservation Unit. In the end, the research demonstrates that this meeting creates the expropriation in material level, beyond the work land and natural resources essential for survival, and also in the representations of territory, the removal of the historical links between man and nature and the breaking of solidarity among own men. This is because different logics of appropriation and territory production are placed on the same plane.

Keywords: Veredeiro. Peasant. Territory. Deterritorialization. Conservation Unit.

Introdução

Cabe iniciar este texto enfatizando alguns pontos que nos guiam e oferecem possibilidades teóricas para a construção de uma reflexão sobre a des(re)territorialização dos camponeses veredeiros, camponeses da região Norte de Minas Gerais com o modo de vida ligado as veredas, atingidos pelo Parque Nacional Grande Sertão- Veredas-PARNA GSV. Um primeiro ponto a se resgatar é, se por um lado, a conservação tem ganhado destaque nos debates acadêmicos, por outro, isto se faz com foco na natureza da preservação, ficando às escuras as contradições deste processo. Camponeses, indígenas, quilombolas se tornam “invisíveis” diante do discurso conservacionista. Um segundo ponto, está diretamente ligada com a questão do território. Unidades de Conservação e os que são atingidos por ela, disputam territórios.

Entre camponeses, como os veredeiros, o território simbólico e funcional é a base de representação das identidades, e ao mesmo tempo, é a concretização de um modo de vida. Podemos dizer, portanto, que ele é acumulações de experiências espaços-temporais construídas a partir da relação entre homens e sua reprodução junto à natureza. Como isso, o território tem a sua memória, a memória dos homens que o forja. O autoconhecimento e o reconhecer-se estão imbricados, o que o torna diferente em sua gramática sócio-histórica.

A questão da natureza, da relação homem-natureza está contida é a base de todo território. É na apropriação simbólica e funcional da natureza que tessituras muito finas vão se estabelecendo. Os processos ganham significação, o estranho torna-se íntimo, em suma, forja-se uma territorialidade. Há uma gama de solidariedades estabelecidas. A questão do reconhecer-se torna, também, o conhecer a natureza, sociabilizando-a.

É exatamente na relação homem-natureza, homem-território que a criação de Unidades de Conservação, sobretudo, as de proteção integral, vai-se materializar. Isto porque os sentidos estabelecidos são outros. A natureza torna-se externalizada, o território normatizado. O homem torna-se um estranho diante de sua própria construção. As estéticas da natureza sobrepõem às gramáticas da historicidade dos homens. Isto vai levar os rompimentos dos vínculos territoriais, ou seja, a desterritorialização.

Estas questões se tornam mais contundentes quando observamos os processos que envolvem o PARNA GSV e os veredeiros. O PARNA GSV foi criado em 1989, em meio aos embates e os avanços da agricultura mecanizada pelos domínios de cerrados ou dos “Gerais¹”. Nesse sentido, criar uma área de preservação foi uma tentativa de assegurar a “sobrevivência” da biodiversidade do ambiente Gerais. Acontece que isso se deu sobre os territórios dominados pelos veredeiros, deslegitimando o controle, o uso do território e de sua natureza.

Isto coloca, de um lado, um grupo de homens e mulheres, sem a posse formal da terra, frente a uma nova dinâmica territorial, a preservação da natureza. Os conflitos se tornam intensos, sobretudo, pelas restrições legislativas impostas. As práticas tradicionais de agricultura e pecuária são limitadas, e o uso das veredas, ambiente fundamental na formação do modo de vida, não é mais possível. O território veredeiro torna-se outro, embora os homens continuem os mesmos.

Este processo perdura e somente no final da década de 1990, uma possível “solução surge”, a criação de um Projeto de Assentamento para o remanejamento dos veredeiros, culminando na criação do PA São Francisco, no município de Formoso-MG. Tal assentamento surge da parceria entre Fundação Pró-Natureza - FUNATURA, ONG gestora do PARNA GSV, com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Nesse sentido, em termos ideais, se a criação do PARNA GSV foi elemento essencial para a fragilização do território veredeiro, ou seja, a desterritorialização, o PA São Francisco é a possibilidade de uma “reterritorialização”.

São, portanto, dois processos (movimentos), desterritorialização e reterritorialização, a saída do território historicamente estabelecido para o “possível”, a reterritorialização em um Projeto de Assentamento. Tomando como base este contexto, o objetivo deste texto é demonstrar o camponês veredeiro e os seus dois tempos-espacos, e

a natureza da des(re)territorialização veredeira no PARNA GSV. Versamos sobre o encontro – desencontros - dos veredeiros com os agentes da modernização/normatização do território, o ambientalismo preservacionista.

Metodologicamente o texto foi construído tendo como base a pesquisa de campo realizada no PA São Francisco durante a nossa pesquisa de mestrado. Nele realizamos entrevistas com os veredeiros remanejados. Além disso, recorreremos a fontes históricas sobre a formação territorial do Norte de Minas e também os documentos oficiais que retratam a criação do PARNA GSV e o PA São Francisco. Na triangulação destas fontes surgem as reflexões aqui elaboradas.

No final, a pesquisa demonstra que este encontro, veredeiros-ambientalistas, cria expropriações em nível material, a terra de trabalho e os recursos naturais essenciais à sobrevivência, e também nas representações de território, a supressão das ligações históricas entre homem-natureza e a quebra das solidariedades entre os próprios homens. Isto porque lógicas distintas de apropriação e produção do território são colocadas sobre um mesmo plano. A desterritorialização acontece porque os veredeiros perdem o direito de estar em seus territórios em nome da “conservação da natureza intocada”. A natureza da desterritorialização é, portanto, simbólica e funcional forjada em tempos-espacos distintos. Ela cria para o mesmo homem duas contingências territoriais distintas e contraditórias, o território, o veredeiro, historicamente elaborado, é rompido, e há outro que se propõe, o Projeto de Assentamento São Francisco.

No mesmo processo, a criação do PA São Francisco e o remanejamento dos veredeiros prologam (criam) desterritorializações devido às contradições que surgem entre as veredas e o novo território. Muda-se de natureza, das veredas para as chapadas, mudam-se as dinâmicas sociais, de camponês territorialmente estabelecido “produtor rural” de um projeto de reforma agrária do INCRA. Neste caso, se há uma reterritorialização, ela se faz de forma “precária”, como pretendemos demonstrar ao fim do texto.

Os gerais, as veredas e o camponês

O território é indissociavelmente material e imaterial. Mas, é na apropriação do material que o imaterial é forjado. E, como sugere Rogério Haesbaert, “dentro da dimensão “material” do território é necessário, portanto, considerar [a] dimensão

“natural” que em alguns casos revela um dos componentes fundamentais” (HAESBAERT, 2001, p. 48). A natureza se apresenta qualitativamente diferente para cada grupo social, mas para o camponês, sobretudo, o camponês que se auto-identifica como veredeiro, a dimensão “natural” é intrínseca ao território.

Para isso, é preciso considerar o trabalho, como mediador das relações humanas, interligando à natureza tempo-espacialmente, como produzido e produtor da natureza. “Assim que começa o processo de trabalho, começa a simbolização do espaço, ou a “culturalização” da natureza” (WOORTMANN & WOORTAMNN, 1997, p. 136). É neste sentido que acontece a interpretação e a simbolização dos espaços e da natureza nos Gerais. À medida que o homem entremeia tais terras, em que absorve os conhecimentos dos indígenas e dos negros, a natureza passa a ser significada, ou seja, sociabilizada. O veredeiro ao sociabilizar a natureza atribui nomes e representações a ela, ou seja, ela deixa de ser natural para entrar no mundo da cultura.

Os Gerais se situam, sobretudo, na margem esquerda do rio São Francisco e, se estendem por outros Estados como Goiás e Bahia. A sua principal característica é a grande extensão de chapadas, com o relevo pouco elevado e cobertura vegetal arbustiva e rasteira, tem em sua maioria “solos pobres”, do ponto de vista produtivo, e secos formados por areias quartzosas. Ele é entremeado por outras formações: as Veredas e um número relativo de riachos que tem sua gênese no meio das chapadas.

Yves Gervaise sublinha que os Gerais é o grande responsável pela pecuária extensiva no Norte de Minas, devido a suas características físicas, solos planos e pastagens naturais, sendo possível “levantar” as fazendas de gado nestes rincões. “Os extraordinários horizontes dos Gerais, imensos planos de Cerrados dominados ao longe pelo azul de cristais quartizíticas, vasta solidão, entrecortada, de raro em raro, por riachos magros e temporários, repetem [...] essa impressão de seca e solidão” (GERVAISE, 1975, p. 21).

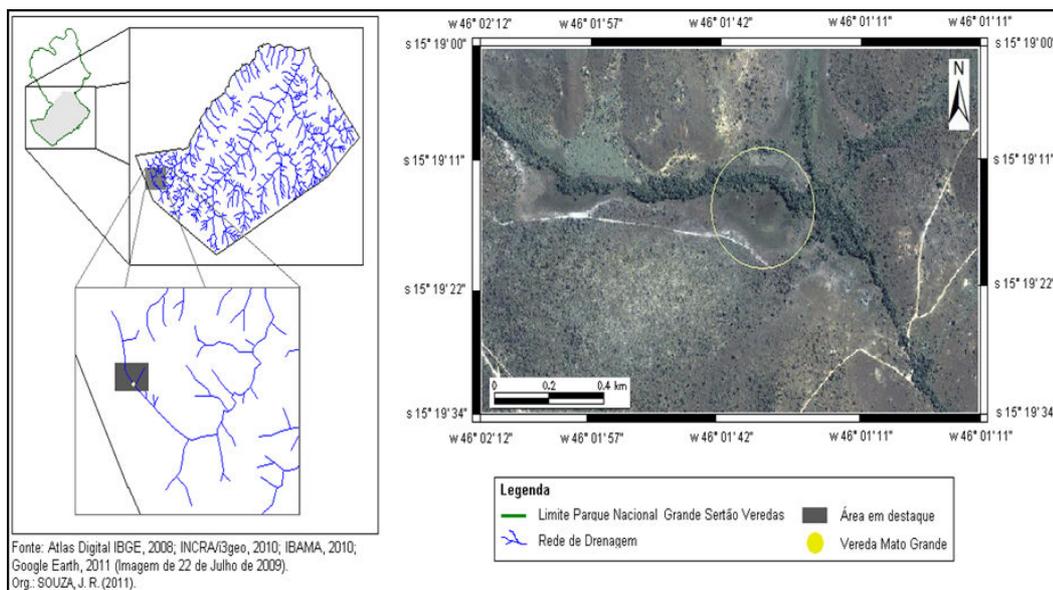
E como destaca outro geógrafo, José Veríssimo da Costa Pereira, ao escrever sobre os Gerais em 1945 na “Revista Brasileira de Geografia” coloca que “a geografia herdou a maioria dos seus termos da língua popular de cada país” (PEREIRA, 1975, p. 180). Com isso, podemos dizer que, além de um espaço físico e natural, os Gerais é uma categoria histórica e cultural. Este termo se refere ao processo histórico, elaborado por

intermédio da longa relação do homem do campo com a natureza circundante. Isso ocorreu e ocorre numa forma de significar a natureza e de transformá-la em espaços humanizados por intermédio do trabalho. E o que configura no intenso processo de conhecimento e, mais, as próprias características da natureza passam a compor a identidade humana.

Há uma relação projetiva e prospectiva sobre a natureza, tornando-a meio e instrumento de trabalho e de significação, mas, para que esta transformação ocorra é necessário, antes tudo, que a natureza seja sociabilizada, tornada inteligível. As ações humanas têm uma finalidade, como sugere Milton Santos, e quando a natureza é categorizada, como, por exemplo, os Gerais, o que está em jogo é a busca pelos bens necessários a sobrevivência (SANTOS, 2004). Isso historicamente se transforma em conhecimento porque o homem não age somente no sentido funcional, há um jogo complexo que interliga significação e busca de condições ideais para a sobrevivência.

E, é a partir do uso em conjunto deste diversos complexos que a vida humana se efetiva, se territorializa (Mapa 1). Os seres humanos têm a necessidades de dar sentido a todos os componentes do mundo inteligível por suas ações. “É preciso transformar a qualquer preço o fato em ideia, em descrição, em interpretação, em suma, achar- lhe *um outro nome além do seu*”, (MUNIZ-SODRÉ, 2002, p. 8. Grifos do autor).

Os Gerais se desdobram em outros territórios, simbólicos e funcionais, “espaço da diversidade infinita, espaço da ambiguidade, espaço do deslocamento, espaço do entrelaçamento” (JACINTO, 1998, p. 36). Os Gerais tem cor, cheiro e textura, forma e conteúdo. Tem, portanto, um caráter polissêmico e também usos polissêmicos.



Mapa 1: Vereda Mato Grande- Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.

Embora o complexo Gerais seja fundamental a reprodução do camponês, na maioria das terras, as chapadas, sobretudo, a produção agrícola é inviabilizada, a não ser com intenso processo técnico científico de intervenção no solo como na expansão da agricultura mecaniza a partir da década de 1970. Assim, as Veredas são os territórios de produção da vida humana, devido às atividades produtivas que são efetivadas em suas terras. E os homens que as habitam como são, antes de tudo, camponeses, tem conhecimento das Veredas como terra de trabalho, seu ciclo produtivo é uma cosmovisão de tempo-espço. E como sugere Maria Margarida Moura, o conhecimento camponês “é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência” (MOURA, 1986, p. 9).

Desta forma, seres e ambientes naturais integram a vida cultural na conformação de territórios. É necessário que os nomes dos lugares represente os homens que o habita e que os homens consigam nestes lugares da natureza refletir suas identidades, desenhadas, contornadas por uma geografia que integra natureza e cultura, sem opor, termos e relações. Tais territórios revelam uma trama singular que conjugam e sobrepõem tempos e espaços múltiplos.

Isso acontece porque as pessoas não habitam somente as Veredas ou os Gerais funcionalmente, elas habitam estes ambientes por meio de territórios forjados historicamente, que são simbólicos e funcionais. “Compreende-se desde então que habitar o território”, escreve Michel Roux, “é uma arte sutil, uma religião no sentido

primeiro do que religa, que pede para dar sentidos aos gestos mais profanos” (ROUX, 2004, p. 46). Neste sentido, os Gerais e as Veredas se tornam próximos aos veredeiros. Na verdade, os “geralistas e veredeiros aparecem como derivados, para qualificar um espaço de dentro do sertão” (SANTOS, 2008, p. 80).

Com referência aos veredeiros atingidos pelo PARNA GSV o único levantamento sistematizado foi realizado pela FUNATURA, no início da década de 1990. De acordo com tal relatório, numa área de 84.000 km² em que o PARNA GSV está situado, existia uma população total de 500 pessoas, distribuídas em 90 famílias². Ainda de acordo com o relatório, a base econômica destas pessoas é a agricultura consorciada com a criação de animais (FUNATURA, 1991).

Dois pontos devem ser esclarecidos, a dispersão espacial dos veredeiros no território e a forma de organização espacial. Andréa Borghi Moreira Jacinto, em sua pesquisa de mestrado com estes veredeiros quando ainda viviam na área pertencente à Unidade de Conservação, afirma que as famílias se encontram espalhadas pelo território.

Aqui encontramos pequenos agricultores, residindo próximos aos cursos da água, utilizando-se dos cerrados e suas várias formações como “áreas comunais”, onde se cria gado a solto, coletam-se frutos e plantas medicinais e, antes da criação do Parque Nacional, costumava se caçar [...].

Aparentemente, não há comunidades, ou povoados. Existe, porém, uma organização e um padrão de ocupação espacial, que trazem muitas semelhanças com os bairros rurais. Ou seja, existe uma unidade de agrupamento que constitui grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho da terra, por trocas e reciprocidades. (JACINTO, 1998, p. 43- 44).

As populações veredeiras constroem seus territórios na “interação do espaço social com o espaço físico”. Por isso, rios e Veredas tornam-se referências, casa de moradas e espaços ideais para a territorialização humana. Deste modo, “o nome do rio é também de um conjunto mais próximo (distâncias relativas!) de casas e unidades domésticas, e é também, algumas vezes, o nome de uma fazenda” (JACINTO, 1998, p. 44). Com isso, torna-se difícil de afirmar que há uma comunidade veredeira, homogênea e inserida em um território determinado. O que de fato existiu, foram pequenos núcleos familiares territorializados onde há Veredas e terras de cultivos. O território é vasto, isto

talvez nos indique de onde surge a expressão para determinar o meio ambiente circundante: os Gerais com suas Veredas, é Gerais porque é vasto, geral.

Com efeito, o elemento água é o grande agente do processo de territorialização, sobretudo, devido a sua escassez, cada família buscava nas terras pertencentes a uma fazenda a fonte de água para estabelecer suas moradias. E ali estabelecia sua residência. E como o fazendeiro sempre escolhia as melhores fontes de água para o gado e, além disso, sempre havia a possibilidade da invasão dos cultivos pelo gado, tais “moradores de favor” buscavam por terras mais distantes da sede da fazenda que, em geral, eram mais próximas ao rio São Francisco. Constituía assim a territorialização dos Gerais (PIERSON, 1972a).

O fazendeiro se torna o padrinho dos filhos dos moradores de sua fazenda. Em troca estes moradores têm a proteção do fazendeiro e a terra de trabalho, mas em caso de uma disputa política com outro fazendeiro, todos os seus protegidos entram no conflito. Os donos de terra se tornam assim, por dizer, donos de homens por meio de um poder simbólico e econômico. Criam-se, assim, uma “solidariedade”, cuja característica principal é a sujeição do outro, “o morador de favor”, ao poder econômico e político do fazendeiro.

O posseiro ou agregado não tinha a intenção de adquirir “o título das terras” ocupadas. O que de fato pretendiam era apenas efetivar uma pequena área de cultivo. Até mesmo porque este sentido de propriedade só foi ser efetivado em algumas regiões do Norte de Minas a partir das políticas modernizantes da década de 1970. “Uma família pode se instalar na zona onde ninguém mora ou mesmo comprar de um posseiro anterior o seu grosseiro abrigo e o “direito” a área vizinha” (PIERSON, 1972b, p. 354). Isso acontece, sobretudo, em terras mais distantes da sede da fazenda e em terras de pequeno valor, porém, é necessário dizer que o valor neste caso não é monetário, é valor de uso, ou seja, pastagens naturais e fontes de água, elementos essenciais para a grande fazenda criadora de gado.

Além disso, havia amplas proporções de terras que não eram apropriadas, sobretudo no intervalo entre uma fazenda e outra. As terras reivindicadas pelos fazendeiros e seus descendentes estavam em área de influência dos rios de maior porte e suas áreas de inundação. Com isso, têm-se amplas cercanias do território adentro que não são legalmente apropriadas e “que são comumente consideradas e usadas em grande parte como propriedades comunais” (PIERSON, 1972b, p. 355). Com isso, nos “Gerais

[...] embora mais para o interior, onde a terra na maior parte não tem dono, sejam comuns os posseiros” (PIERSON, 1972b, p. 357).

Os verdeiros são camponeses, sobretudo, pela relação estabelecida com a terra. Ela tem valor de uso, uso que garante a sobrevivência do núcleo familiar a partir da exploração de suas potencialidades. Além disso, não há exploração do trabalho alheio, todo o resultado alçando na produção é resultado do trabalho familiar. Neste caso, a produção não é lucro, mas o resultado de um esforço coletivo empenhado no intuito de manter o equilíbrio e propiciar os “mínimos vitais” suficientes para manter a família. É esforço empenhado para adquirir o que não se produz na propriedade camponesa, por meio da troca dos excedentes no mercado, (OLIVEIRA, 1996).

O trabalho é o grande legitimador da posse da terra. E a terra de trabalho expressa uma “série de valores morais” construídos historicamente (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). A ausência de registros de propriedade formal da terra até 1966 entre os verdeiros é um dado contundente com relação à posse da terra. Não é o documento formal que indica o dono, mas o trabalho materializado.

No que se refere ao manejo concreto da natureza, a prática de drenagem de parte das terras das veredas propiciou a territorialização verdeira. A terra de cultivo sem investimento químico e técnico não produz, como é o caso dos Gerais, as terras de Veredas é um único meio de produzir. Quer dizer, um fator está ligado ao outro, sem um deles não há prática territorial verdeira, isto porque historicamente estes homens desenvolvem técnicas que os permite adaptar ao ambiente. Se por um lado, há o efetivo desmatamento e queima das Veredas, por outro, há a preocupação de manter as áreas mais sensíveis protegida da ação humana, “*o olha d’água e calha da Vereda*”³.

O solo fresco pelas águas que dão vida as Veredas é o mesmo que sustera a agricultura, o uso excessivo, pode neste caso, comprometer a produção pela perda da umidade. Com o sistema de pousio, as terras de Veredas ficam em descanso, enquanto que as condições para uma nova etapa de produção é recriada. Por conhecer o tempo da natureza, suas dinâmicas, o verdeiro aprendeu, historicamente, que a Vereda viva é a que dá fruto.

O buriti “árvore da vida”- constitui um dos elementos mais importantes para os verdeiros. Dele se extrai as folhas que cobrem as casas, delas também se produz bens úteis como chapéus e bolsas, do tronco das folhas se fazem móveis, janelas e portas para

as casas. O fruto serve para alimentar animais, “*tinha mais de trinta porcos criados com coco de buriti*”⁴. Além do uso humano que se faz dele como, por exemplo, o doce da polpa, paçoca e a farinha. Isto combinado com a agricultura, à pecuária extensiva e além da coleta de outros produtos nos Gerais forma o sistema produtivo dos veredeiros.

As Veredas foram apropriadas cognitivamente e se transformam em territórios de vivências. É nas Veredas que a vida se organiza. É nelas e/a partir delas que todo um território é apropriado. Na verdade, o território é uma terra-território, um chão de morada. Uma convergência entre elementos dos Cerrados, Veredas, capões e chapadas com a vida sertaneja. Uma confluência entre o cultivo da terra, extrativismo e criação de animais. O território do camponês veredeiro absorve as características do “meio” que imprimem características ao modo de vida.

Fizemos este percurso no intuito de demonstrar como que historicamente o homem vem se adaptando ao meio e produzindo territórios. Com os argumentos tecidos até aqui, podemos, a partir de agora, pensar teoricamente as expressões deste território. O território veredeiro é formado por uma sobreposição sucessiva de tempos. O tempo, aliás, é o grande escultor da identidade veredeira e de seus territórios.

A desterritorialização camponesa nos Gerais

O território é produto da historicidade das relações humanas. Ou, como prefere Renato Nunes Balbim “o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo; ao se apropriar de um espaço em determinado tempo e com todas as perspectivas de possibilidades acarretadas, o ator territorializa o espaço” (BALBIM, 2001, p. 166). Assim, aquilo que no passado foi elemento definidor da territorialização, ainda está presente, se conjuga no processo dialético do tempo presente.

O território é uma produção que se efetiva ao longo da historicidade humana, como sujeitos individuais e como grupo social. A desterritorialização opera nesta historicidade tornando-a tênue, fazendo com que o território se torne, por assim dizer, um desconhecido do seu próprio produtor. Neste caso, a territorialização pressupõem uma continuidade na historicidade humana, na apropriação tempo-espaço, continuidade dialética, sendo a desterritorialização a descontinuidade, a ruptura na lógica constituinte do tempo-espaço.

A desterritorialização é um movimento que opera a todo o momento na vida humana. Não é, porém, um movimento recente, apenas da globalização, do capital, como sugere alguns autores, embora isto tenha aumentando a intensidade e a dinâmica de seu acontecimento. Há exemplos históricos da desterritorialização como é o caso dos escravos africanos vindos para o Brasil. Acontece que o uso do conceito é recente, mas o movimento de “exclusão” e “perda” e/ou “estrangeiramento” dos territórios faz parte da história humana. E se é um movimento, significa, portanto, que ele sempre está encerrando e recomeçando.

Rogério Haesbaert tem sido um dos autores da geografia brasileira que expandiu e ampliou a discussão a respeito dos processos de desterritorialização. Nas suas contribuições ele tem apresentado as diversas acepções que são atribuídas ao conceito. Demonstrou que, para alguns autores, a desterritorialização pode ser aprendida como “excesso de modernidade”, “virtualização”, “fluidez do capital”, “instabilidade das fronteiras” e/ou “hibridação cultural”. Não há um ponto de convergência para definir a desterritorialização e nem sua representação (HAESBAERT, 2004). O que há de concreto, é que ela existe enquanto experiência territorial.

A concepção de desterritorialização está intimamente interligada com o sentido de território que tem como fonte de trabalho a experiência concreta. Esta tem sido a grande crítica que o autor tem sustentado ao demonstrar que antes de compreender a desterritorialização, é preciso compreender o território que deu origem a este movimento. Do contrário, é apenas uma abordagem parcial que não tem um valor explicativo claro. E mais, se o território é relacional, a desterritorialização reduzida a qualquer elemento que o compõem, seja cultural, material e/ou simbólica, torna-se um “mito” (HAESBAERT, 2004).

O capitalismo é um agente que expandiu e intensificou a desterritorialização em escalas impressionantes. É neste sentido, que Marshall Berman sublinha que “nada do que é humano é estranho”, quanto mais o homem expandiu a sua mente, a sua capacidade de ver e sentir, mais ele isolou os pobres, mais se isolou do mundo e da natureza. Com este intenso processo de isolamento, a cultura capitalista “se desenvolveu no sentido de divorciá-lo da totalidade da vida” (BERMAN, 2007, p. 54).

Este processo de “isolamento” é apontado como a principal característica da modernidade e também da desterritorialização. Isso porque ao tomarmos a consciência da nossa condição humana, a necessidade de sociabilização e cooperação e, sobretudo, a necessidade de vínculos concretos com espaços-tempos determinados, reificamos e relativizamos isso e colocamos em evidência as nossas fraquezas. O indivíduo ao invés do grupo, o privado no lugar do público, a natureza versus a cultura. Na verdade, como argumenta Marshall Berman, o capitalismo expõe a “nudez” humana em todas as suas nuances. E, para demonstrar isso o autor cita Karl Marx ao escrever que “tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sombrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (BERMAN, 2007, p. 118).

A eficácia do processo de desterritorialização é a “presentificação” das relações socioespaciais, sobretudo, quando o ponto fulcral são as relações econômicas. Ou, como define Rosa Maria Vieira Medeiros “o processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física, além de fazer com que percam ou pelo menos deixem adormecidos seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano” (MEDEIROS, 2007, p. 4). Neste caso, o próprio modo de vida é estranho ao próprio grupo, às ações dos sujeitos são díspares do grupo social. A desterritorialização faz com que as coisas mais próximas ao grupo tornam-se um “estrangeiro”.

Há casos que o processo de desterritorialização se efetiva a partir da “privação” dos territórios, ou seja, a perda do controle efetivo de pessoas e grupos sociais do território. Esta privação se dá a partir dos lugares simbólicos, econômicos e políticos. Há a privação das fontes de recursos necessários a sobrevivência humana. Ao discutir a obra de Rogério Haesbaert e comentar estas questões, João Luís Jesus Fernandes sublinha que “a desterritorialização pode resultar de situações agudas, de violência rápida (também esta aqui entendida no sentido amplo), mas também de problemas lentos com efeitos diretos ou indiretos no longo prazo” (FERNANDES, 2008, p. 7).

Há que se considerar que não há “completa exclusão ou privação territorial, isto é, desterritorialização no sentido absoluto, a não ser que como espaços [...] vedados a territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 314). Do mesmo modo que há o processo de desterritorialização *in situ*, ou seja, quando não há mobilidade e nem a perda efetiva do

território. Muda-se de fato, os elementos constituintes da territorialidade, “muitos grupos sociais podem estar ‘desterritorializados’ sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem precarização de suas condições básicas de vida” (HAESBAERT, 2004, p. 251).

A desterritorialização vai efetivar-se por um longo processo de expropriação de elementos de uma “geografia imaginária” constituída historicamente. Assim, podemos pensar a desterritorialização como rompimento de solidariedades territoriais “com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico [...] [há] escala de difusão da desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais”. E a desterritorialização é sempre um processo que ocorre em concomitância com a reterritorialização (HAESBAERT, 1995, p. 181).

Todo processo de desterritorialização tem um ponto fulcral, ou seja, um conjunto de elementos que forcem a ruptura dos vínculos territoriais. Eles podem se apresentar isolados e/ou em concomitância e/ou sob efeitos de outros processos. Há que se dizer que estes processos redefinem o ritmo das relações.

A natureza da desterritorialização veredeira

Não podemos pensar a criação do PARNA GSV apenas a partir de uma escala local. É claro que os processos degradantes dos domínios de Cerrados foram fundamentais, mas isso ocorre em escala mais ampla e inclui todo o Norte de Minas e as demais regiões que são inseridas na rede do agronegócio. Também temos que pensar que isso se refere a um discurso ambientalista que tem como base a escala global e nacional.

As políticas ambientais no Brasil têm como pano de fundo a conservação da natureza *stricto sensu*. Isso quer dizer que antes de qualquer coisa, os seres humanos são degradadores por natureza. Com isso, para efetivar a conservação não é permitida a presença humana nos territórios. É desta linha de pensamento que surgem os Parques Nacionais, modelo importado dos EUA quase sem nenhuma análise crítica.

Temos, assim, uma mudança na concepção de natureza e uma mudança na concepção de homem. Com isso, a natureza passa a ser personificada como coisa em si mesma. A partir das ideias iluministas é postulado que existe uma diferença

fundamental entre o homem e a natureza. “A natureza é o reino da necessidade causal, do determinismo. A humanidade ou cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas voluntárias e racionais” (CHAUI, 2006, p. 105). Neste momento, a cultura torna-se sinônimo de história e a natureza mera repetição de acasos; a cultura é sinônima do agir racional sobre esta natureza minimizada em relação ao humano.

Como podemos verificar durante a pesquisa de campo, esta separação entre homem e suas condições ambientais tem consequências sociais, culturais e econômicas. Mas, o que não podemos deixar de questionar, sobretudo, tendo como exemplo o PARNA GSV, criado mais de um século depois da gênese dos primeiros parques, é o modelo de Unidade de Conservação que é adotado. Há entre eles uma sutil semelhança, a questão da presença humana. Mas isso acontece porque os modelos de parque brasileiros foram importados dos EUA, quando se aprofunda as discussões a respeito da questão ambiental.

Nesse sentido, como afirma Antônio Carlos Diegues, “o modelo de conservacionismo Norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre ‘povos’ e ‘parques’”. Sobretudo, para os países de Terceiro Mundo, o efeito disso foi “devastador sobre as ‘populações tradicionais’ de extrativistas, pescadores, índios” porque perderam as condições essenciais de suas existências (DIEGUES, 2001, p. 23). Além disso, não se considerou nesta importação de modelos às condições históricas, as condições sociais e culturais da população, e também se negligenciou algumas condições geográficas como a densidade do povoamento e efeitos climáticos, mas, sobretudo as condições econômicas e sociais.

Aliada a estas condições, o autor situa outros pontos, como, por exemplo, os conflitos fundiários, “noção inadequada de fiscalização” e “corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a ‘crise da conservação” (DIEGUES, 2001, p. 23).

Portanto, as populações atingidas têm as condições de reprodução debilitadas e estão à margem do processo de ampliação das Unidades de Conservação. De fato, o importante, é a conservação da natureza pela natureza. O PARNA GSV foi pensado e instituído desta forma, por isso, o primeiro efeito sobre os veredeiros foi à restrição de bens que dão acesso a elementos culturais, sociais e econômicos. O segundo efeito, foi a desterritorialização.

A criação do PARNA GSV ocorreu em um período de transição política, da ditadura militar para o governo democrático. Ele se insere no debate dos processos de degradação ambiental que acrescia com a expansão da agricultura capitalista. E também, no debate internacional sobre a questão ambiental. Com isso, a FUNATURA começa a fazer estudos técnicos científicos para implantar uma Unidade de Conservação nesta região em 1986. Finalmente em 12 de abril de 1989, por meio do Decreto Federal nº. 9.7658, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado com uma área de 83.368 hectares que abrange os municípios de Arinos, Formoso e Januária, no Estado de Minas Gerais.

Conforme o Plano de Manejo do PARNA GSV, esta Unidade de Conservação tem como objetivo:

- I. Conservar a paisagem dos Gerais, cenário da obra de Guimarães Rosa, com destaque para as exuberantes veredas;
- II. Preservar amostras representativas do Bioma Cerrado sobre solos arenosos da região do Espigão Mestre do rio São Francisco, tais como matas, veredas, carrascos, cerrados e ecótonos associados;
- [...]
- XVII. **Estimular o resgate dos aspectos históricos e culturais da região, estimulando sua preservação pelas comunidades locais;**
- VIII. Estimular o desenvolvimento regional integrado com base em práticas de conservação, especialmente proteção de bacias, controle de erosão e reabilitação ecológica, de educação ambiental e desenvolvimento turístico; (FUNATURA, 2003, p. 169).

Devemos observar dentre os objetivos do PARNA GSV que não há se quer referência ao humano, mas apenas aspectos amplos como o desenvolvimento regional, educação ambiental e do turismo. Quando da leitura dos documentos históricos que retratam a criação desta Unidade de Conservação, por muitas vezes, tivemos a impressão que ela estava se concretizando sobre um “vazio”, onde só havia elementos naturais sem a presença humana. No tempo e no espaço, as perspectivas se repetem. Os homens veredeiros ficam mais uma vez “invisíveis” na ótica dos sujeitos que realizam as intervenções sobre o território dos gerais. Descosideram suas territorialidades, impõe lógicas que desestruturam o modo de vida e as representações de território. No caso do ambientalismo, a preocupação é com a natureza *strictu sensu*, com valores inatos para serem preservados. Neste caso, o homem é “desnecessário” porque não faz parte da natureza idealizada.

“Se soubéssemos, tínhamos derrubado todo aquele mato, queria ver ter parque⁵”. Esta passagem revela é o sentido de “injustiça”, o de “punição” por ter assegurado a diversidade biológica. Apesar dos elementos naturais terem uma importância na reprodução da vida, o PARNA GSV torna a relação homem/natureza marginal e contraditória. E faz isso pelo processo de criminalização das práticas dos sujeitos, como por exemplo, a queima dos Gerais para a solta do gado. Essa marginalidade se explica, também, em parte, pelos processos de desapropriação que começam a ser engendrados, pois *“não podia mais mudar a roça, tinha que plantar no solo fraco, dando ou não⁶”*.

Os “desencaixes” territoriais que estavam acontecendo pela expansão da agricultura moderna, sobretudo, pela privatização das terras comunais pelo avanço da propriedade capitalista, são atomizados. Neste caso, as perdas materiais se agravam devido à criminalização da utilização dos recursos naturais. O fato de serem estes territórios ocupados historicamente e, a rigor, o fato de a natureza e seus componentes serem parte integrante do modo de vida veredeiro, a sua metamorfose é o principal elemento de desterritorialização. *“Não podia mais plantar, nem gado mais podia criar, as roças não davam mais porque não podia derrubar novas áreas de cultivo⁷”*.

Isso ocorre pelo modelo de Unidade de Conservação que é escolhido para sobrepor os territórios veredeiros, a da proteção integral. Segundo o SNUC no seu artigo sete, no parágrafo primeiro “o objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitindo o uso apenas indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, SNUC, 2000, s/p).

A resposta dos idealizadores da Unidade de Conservação, a FUNATURA, revela que os aspectos humanos e culturais não eram a preocupação central. Afinal de contas *“a existência de outras Unidades de Conservação que contemplariam necessidades humanas”⁸* e nenhuma que tem como objetivo principal “proteger” os Gerais. E como disse o responsável pela FUNATURA naquele momento *“se formos sempre considerar que, para se criar uma unidade de conservação de uso indireto (como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) não deva existir pessoas em seu interior, onde é que se encontraria tal área?”⁹*.

Há outras formas de pensar por trás disso, principalmente, a exclusão dos vereadores para a implantação do PARNA GSV. Em momento algum, houve envolvimento da população nem mesmo foram informadas do que estava acontecendo. Nas falas dos vereadores fica claro as estratégias utilizadas: *“eles foram fazendo umas coisas, como se fosse para ficar ajudando o povo, ajudar lá onde é que agente morava”*. Podemos apreender com isso que para obter informações sobre o conhecimento local, formas históricas de dominação foram utilizadas. Neste caso, elas foram retomadas com outros conteúdo, *“traziam bolo”*, *“material escolar”*, utilizando a velha política do favor para novos fins. As próprias condições econômicas em que viviam as populações veredeiras favoreceu este processo. Os favores oferecidos foram essenciais para suprir os *“mínimos vitais”*.

Este modelo de política de dominação social provém da própria estrutura social na qual os vereadores estavam inseridos. Historicamente, esta dominação foi exercida pelo fazendeiro, chefe político e econômico, ou seja, o coronel. A partir do momento que os ambientalistas recorrem as estas práticas, estão fazendo uma nova leitura, mas acabam por impor um novo modelo de dominação, agora não mais o da fazenda, mas o do ambientalista. Com referência a forma territorial deste processo, podemos dizer que a fazenda é substituída pelo parque. E, do mesmo modo que o fazendeiro expulsava o posseiro e/ou agregado quando não precisa mais de seus serviços, o ambientalismo o faz com os vereadores. Com isso, a partir da materialização da Unidade de Conservação são forjadas novas relações de poder. Quem controla este poder são os homens e as mulheres que representam o ambientalismo.

O discurso ambiental é multifacetado, está preocupado com os direitos da *“natureza”* mais com os direitos do homem de ter um lar, um território. Propor uma Unidade de Conservação é propor outro território, diferente daquele antes existente. E, para que isso se concretize, é preciso tornar as práticas sociais historicamente estabelecidas, contraditórias em si mesmas pelo processo de *“criminalização”* e do controle¹⁰.

O aumento do controle tem seus efeitos porque atinge diretamente a possibilidade de existência de uma prática territorial e aumentam o desejo do abandono do território-Veredas. *“Os moradores, com suas atividades produtivas consideradas ilegais, sofrendo grande repressão e fiscalização, acabam por concordar, por falta de*

opção, com a regularização fundiária” (CORREIA, 2002, p. 106). Por isso, os seus efeitos são desterritorializante.

É no bojo destes embates que surge por intermédio da FUNATURA a proposta de “regularização fundiária”, no sentido prático, pode ser compreendido como expropriação fundiária. Nos documentos oficiais e os relatórios da FUNATURA compreendem como regularização fundiária é a retirada em definitivo dos veredeiros de seus territórios e o reassentamento em outro lugar (FUNATURA, 2003). De acordo com Correia, esta regularização surgiu porque os programas de prevenção e de controle do Parque não tiveram a eficácia desejada. Neste caso, “foi preciso utilizar uma segunda frente de ação, a regularização fundiária, e que passou a ser melhor opção para preservar a unidade e garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos em lei” (CORREIA, 2002, p. 110).

A insistência das queimadas para a limpeza dos pastos, associada a forte fiscalização que, ao mesmo tempo impede que as técnicas tradicionais de aceiro sejam usadas e fazem que os protestos em relação à UC aumentem, ganham elevadas proporções. Isso leva a concluir que enquanto houver “**gente morando no Parque será muito difícil controlar as queimadas**”, mesmo com uso de tecnologias. Com isso, “não é possível, em especial por se encontrar em região de cerrado, a conciliação de conservação da biodiversidade do parque com a presença humana, já que as práticas produtivas adotadas **são claramente danosas ao parque**” (SANTO, 1999, p. 3. Grifos nossos).

O fogo do protesto se transforma no fogo que levaria a retirada em definitivo dos atingidos pelo PARNA GSV. “*Todos os problemas do parque estavam relacionados principalmente com a questão fundiária (a)*” como sugere um membro da FUNATURA. Neste caso, “*discutindo surgiu a ideia de que a gente devia procurar alguma forma para que isso acontecesse, [a regularização] (b)*”¹¹. Coube a ONG mediar este processo pelas facilidades políticas de acesso a outros órgãos governamentais, como com o INCRA, por exemplo, para a criação do assentamento para receber os moradores do Parque.

Nesse sentido, entre os anos de 1999 e 2001 as seguintes etapas foram desenvolvidas para que o remanejamento se efetivasse: a) escolha e vistoria das fazendas para a desapropriação; b) análise da documentação exigida pelo INCRA; c) o INCRA entra em contato com os veredeiros para que se manifestem a respeito do

interesse e concordância com a desapropriação; d) a declaração que as fazendas são de interesse social para fins de reforma agrária; e) cadastramento dos interessados e, f) emissão da posse das fazendas em favor do INCRA.

Desde o levantamento das fazendas a serem desapropriadas até a criação do PA São Francisco, contou com a presença marcante da FUNATURA. Foi ela que organizou as reuniões para que os moradores pudessem manifestar o seu “interesse” na desapropriação das terras para a criação do assentamento. Sempre há a transferências das responsabilidades, o IBAMA, órgão responsável pela UC, transfere a responsabilidade da solução dos problemas dos moradores atingidos para a FUNATURA. Esta, a partir do momento em que os moradores são inseridos em um programa de Reforma Agrária, transfere as responsabilidades para o INCRA.

A rigor, quando surgiu a possibilidade da criação do projeto de assentamento, a FUNATURA conhecia toda a situação fundiária do território que o Parque estava abrangendo. Para isso, visitas aos cartórios das cidades regionais como São Francisco, Januária e Formoso foram realizadas, ou seja, todo o aparato já estava montado. Faltava, porém, era tão somente o local para que os veredeiros fossem remanejados. Como demonstra o “Inventário das Manifestações Culturais da Comunidade São Francisco e Gentio”, de julho a dezembro de 1998, quatro fazendas foram visitadas, no final deste levantamento, sete. Os técnicos da FUNATURA buscavam terras com condições fitogeográficas semelhantes ao território veredeiro.

Ainda com relação à escolha das fazendas para a desapropriação os moradores só tiveram a oportunidade de escolha depois das visitas de técnicos do IBAMA e da FUNATURA. Escolhidas as fazendas, como destaca muito bem “Inventário das Manifestações Culturais da comunidade São Francisco e Gentio”, “o passo seguinte **foi informar às famílias que seriam transferidas sobre o processo de realocação através do processo de reforma agrária**” (FUNATURA, 2005, p. 61. Grifos nossos). Isso demonstra o quão à participação veredeira foi “relevante” neste processo decisório.

Informado aos veredeiros sobre o deslocamento, realizada as vistorias das propriedades pelos técnicos do INCRA, “as fazendas foram desapropriadas objetivando, primordialmente, reassentar os posseiros moradores do Parque Nacional Grande Sertão

Veredas” (FUNATURA/IPHAN, 2005, p. 63). Finalmente em 2002 estava criado o Projeto de Assentamento São Francisco para o remanejamento dos veredeiros.

Das veredas ao PA São Francisco

O Projeto de Assentamento São Francisco foi estabelecido a partir da junção das Fazendas São Francisco/Gentio, situadas no município de Formoso, Estado de Minas Gerais, que juntas abrangem uma área total de 5.616,7540 hectares. Temos assim, homens e mulheres acostumados a viver com a largueza dos Gerais, neste caso, as 90 famílias ocupavam uma área de 84 km², realocados no projeto de assentamento que representa apenas 6,61% desta área. No mínimo, o primeiro processo que os veredeiros enfrentaram foi à readequação de suas experiências históricas ao cercamento do PA.

Se considerarmos que o PA São Francisco não tem uma experiência de tempo, de cotidiano e de vivências sociais arraigadas, é possível perceber o “desencaixe” espaço/tempo do território se criando. Ao contrário, os homens que o habita, os veredeiros possuem uma série de valores arraigados a terra, à família, o que compõem uma forma de organização social camponesa, ou seja, tem uma temporalidade determinada, além de uma experiência territorial e identitária.

Toda mudança no espaço é mudança no tempo. Toda mudança no tempo é mudança no espaço. Ambos mudam o território e as territorialidades. “Não devemos deixar-nos enganar pela ideia de que seria possível ficar em repouso ‘no espaço’ enquanto o ‘tempo’ escoasse, pois, nesse caso, nós mesmos seríamos a entidade que avança na idade” (ELIAS, 1998, p. 81). A rigor, é na ação humana que o tempo se materializa como prática, “se ‘amarra’ em algum lugar, substancia a espacialidade” e as identidades (SILVA, 2004, p. 16). E mais “a mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua” [...] (ELIAS, 1998, p. 81).

Chegamos, portanto, a um ponto importante de nossa análise, aquele que interliga ao espaço de referência, ou no caso, o território de referência à conformação da identidade. Devemos concordar com Haesbaert, que “(re) construção imaginária da identidade envolve [...] escolhas”. Escolhas entre os eventos e os lugares do passado, “daqueles que são capazes de fazer sentido na atualidade” (HAESBAERT, 1999,

p.180). Neste caso, o temos o pretérito funcionando como matéria-prima da identidade. É a partir dele que as mudanças e as permanências ganham relevância.

Isso tem as suas implicações. A transferência destes sujeitos para o PA São Francisco, e por mais que insista na existência da preocupação com a conservação das manifestações culturais, criou uma ruptura exatamente na relação com a natureza. E de uma forma ou de outra, as mudanças nas relações com a natureza acabam por mudar a relação entre os homens. Digamos, pois, no correr destas mudanças, as veredeiros não mudaram apenas de território, mudaram de natureza.

Esta mudança de natureza se deu da saída das Veredas para as chapadas. Na verdade, houve a inversão das relações. As Veredas se tornam espaços inacessíveis apropriação humana, os Gerais, que funcionavam como espaço complementar, se torna o único lugar onde à vida pode se desenvolver. Devemos observar ainda que mesmos as áreas de chapadas estavam extremamente degradadas, não havendo a possibilidade do extrativismo e outras práticas territoriais. Nesta perspectiva, o processo de reterritorialização envolve a releitura dos conhecimentos elaborados historicamente em relação aos ambientes.

Nas entrevistas, podemos observar que isto foi como a retirada do chão de referência, criando a insegurança e o desejo de volta a casa imaginada, as Veredas. Como isso não era uma possibilidade, a estratégia foi a de criar novas maneiras de ler, interpretar e relacionar com a natureza. E talvez por isso, a presença de máquinas na preparação do solo, a constante substituição do restante de Cerrados pelas pastagens, o uso de adubos químicos entram como condição. Uma condição porque é única forma de sociabilizar o ambiente, e dele retirar o “mínimo vital”.

Isto pode ser ampliado tendo em vista o próprio cultivo da terra, a agricultura está em um segundo plano dentro do sistema econômico dos veredeiros assentados. Isto tem a ver com as condições de manejo, o investimento nas terras de chapadas para a produção alimentar é alto, além da necessidade constante de água e de produtos químicos. Isto, na verdade, inviabiliza a produção, sobretudo, nas areias quartzosas da Fazenda Gentio. Isso remete a um novo padrão de uso para a terra, e explica a expansão da criação de gado. A agricultura fica reclusa as beiras de quintais e nas áreas úmidas, presentes em poucos lotes. E como argumenta João Batista de Almeida Costa “há que

considerar, também, que, dado o estrangulamento da reprodução física das famílias devido à transformação no sistema produtivo a que estão submetidos”, a necessidade de novas estratégias de produção é constante (COSTA, 2005, p. 77).

Neste caso, as estratégias às quais o autor se refere é a “introdução de recursos de parentes que migraram para a cidade”. As relações se tornam outras, as cidades se tornam se o espaço complementar ao assentamento, a dependência também é atomizada. Nas conclusões do autor, “tem gente que está dependo dos parentes que moram nas cidades, porque não tem terra de agricultura e nem água para poder produzir” (COSTA, 2005, p. 77). Na verdade, no processo de reterritorialização, os verdeiros assentados passam de fornecedores de excedentes a dependentes em relação à cidade, num dos planos mais essenciais da vida camponesa, a alimentação da família.

A rigor, estamos observando é que os usos e manejos da natureza se tornam mais distantes do que foram. Os conhecimentos outrora elaborados não ganham praticidade, o que contribui para uma reterritorialização precária, ou seja, estão em um território, mas não pertence a ele, cuja principal característica é fragilização territorial, a instabilidade e as dificuldades em se construir um território tornam-se constantes. As identidades perdem as referências e se abrem a outras.

Ampliemos estes argumentos. A desterritorialização, seguida de outras desterritorializações, cria constrangimentos à reterritorialização e a torna precária. Na nossa leitura, no PA São Francisco, isto está ocorrendo porque não se criou de fato as condições necessárias para a existência de um território, muito menos para o enraizamento do modo de vida camponês. Com isso, podemos dizer que em certos casos, nem toda desterritorialização é seguida de uma efetiva reterritorialização, há processos que mediam a realização destes dois processos. A “clausura” da Unidade de Conservação não foi interrompida pela criação do Projeto de Assentamento.

O realocamento tem implicações diretas na organização social e produtiva. Isso é tanto que um dos meios encontrados pelos técnicos do INCRA para solucionar o problema da infertilidade da terra se torna meio de diferenciação do grupo. Os lotes têm tamanhos diferenciados, na Fazenda São Francisco devido às condições físicas serem melhores, os lotes têm menor extensão, possuem 40 ha. Ao contrário, na Fazenda Gentio, devido as múltiplas impossibilidades de se efetivar na terra, os lotes atingem até 80 ha.

Os que possuem lotes com maior extensão “*tem terra, ruim, mas tem*”¹². Isso porque com lotes maiores, mesmo com os constrangimentos ambientais, os veredeiros não reconhecem como não ideal para agricultura, ela é praticada. Opondo-se diretamente aos que possuem lotes com menores extensões, 40 ha, embora se tenha áreas onde a agricultura é possível, como a beira de algumas Veredas, é área de preservação, o que dificulta mais ainda as práticas agrícolas. Neste caso, surgem duas novas categorias entre estes sujeitos: os “sem-terra” e os “fazendeiros” (COSTA, 2005).

Conforme o autor “inviabilizados em sua produção os moradores desses lotes [os de 40 hectares] passaram a ser chamados pelos possuidores de lotes 50 a 80 hectares por sem terras” (COSTA, 2005, p. 77). O termo “sem terra” não se refere à falta de terra em si, mas a falta de terra para desenvolver o labor da agricultura. Apesar de tê-la, estes não a têm, porque elas não oferecem as condições ideais para o cultivo. “Na visão dessas populações para denominar seus pares de sem terra se deve a que ‘a terra é tudo carrasco e não tem acesso ao rio’ [...] ‘lugar muito seco, sem árvore, sem nada, que não dá para viver [...]’” (COSTA, 2005, p. 77).

Não parece haver dúvidas que as diferenças devam existir, sobretudo, porque no PA São Francisco os assentados veredeiros têm condições de acesso desiguais a um dos mais essenciais a sua reprodução: a natureza, em seu sentido amplo, inclui terra, água, plantas e animais. Isto é determinante, sobretudo, porque a relação com a natureza foi sempre uma espécie de arquiteto que dava a consistência as identidades. E quando observamos a categoria “sem terra”, historicamente, é uma nova forma de interpretação do outro. Isso porque principalmente entre os posseiros não havia a terra como propriedade, mas havia acesso aos recursos devido às regras de uso em comum.

Não obstante, no PA São Francisco o uso em comum dos recursos foi abandonado. Na verdade, o que dá consistência às novas relações é o lote e sua marca principal, a cerca, denotando propriedade individual, da terra e da natureza. Os que não têm os recursos em seus lotes, não há outros meios de se conseguir. Neste caso, os sem-terra são aqueles que - devido às novas formas de apropriação da natureza, das novas relações entre os próprios homens - ficam fechados sobre a nova clausura, o “lote” e as “cercas”, e impossibilitados de buscar outras opções para além dos limites sociais e físicos que são impostos. Cada assentado se fecha em sua individualidade, embora o outro, o vizinho, viva em condições

precárias. As cercas não criam apenas limites territoriais, mas também as solidariedades humanas, camponesas, historicamente estabelecidas.

A este respeito uma das partes mais intrigantes que ouvimos em uma das entrevistas diz a respeito às distâncias entre cada morador do PA São Francisco. Embora, estejam geograficamente muito próximos, nas relações entre vizinhos se tornam cada vez mais distantes. *“Aqui é perto, mais é longe, longe porque não tem mais festa, não tem mais ninguém indo a casa de ninguém. Cada um faz o seu e o outro se vira. É triste. Mais aconteceu. Vou no máximo à casa da minha mãe ou irmão”*¹³. Isto significa, por um lado, um processo de individualização e, de outro, a quebra nas relações entre comprades e vizinhos.

O contrastante, todavia, é que ao relatar as distâncias sociais criadas se retoma sempre o território-Veredas como exemplo. A saudade daquele tempo das festas de janeiro e das folias é retomado como elementos de contraposição a nova realidade. Discursivamente, compreendem as diferenças e sabem onde elas ocorrem, na prática acabam por continuar a exercê-las e por atomizá-las. A linha demarcatória entre os “tempos bons”, onde os vizinhos estavam próximos e os “tempos de agora”, onde isso não acontece mais, são conhecidos, embora nada se faça para alterá-los. Isso representa, de forma abstrata, o ideal do que eram, veredeiros, e o que são ou que estão por si tornar, assentados.

Outro ponto que nos chamou bastante a atenção é a resistência à categoria “assentado”. O termo assentado tem conotação negativa. Isso tem a ver com os usos e significados diversos atribuídos ao termo, sobretudo, na mídia. É evidente a sutil ligação construída entre o termo assentado e a atuação de alguns movimentos sociais, vistos negativamente. Outro ponto importante para reafirmar a tese de não assentados se refere ao fato que alguns membros tinham terras, terra, aliás, “tomada” pela conservação, e por a possuírem, não podem ser classificados como tal. Estas questões revelam a não identificação com a condição que lhes é imposta, assentados de Reforma Agrária.

A junção destes dois fatores contribui para a resistência e a negação do termo assentado. No caso, para suprir esta questão o termo “comunidade” vem sendo usado, sobretudo por acadêmicos, para determinar o PA São Francisco. Isto em si, expressa uma primeira contradição, pelas características ambientais e da organização social, se

houvesse de fato comunidade seria comunidade(s). Isto porque a fazenda Gentil e a São Francisco se expressam territorialmente de maneira distintas.

A justificativa para o uso do termo comunidade é devido à organização social do grupo. Na divisão dos lotes procuram manter os mesmos padrões de vizinhança. Com isso, o grupo de família que estava às margens do córrego Pau Preto, por exemplo, no assentamento os lotes estão próximos e fazem fronteiras. De um lado, demonstra a busca pela permanência dos laços de proximidade e, de outro, a proximidade consanguínea, tendo em vista que na maioria dos casos os vizinhos são parentes e compadres. O ser vizinho, porém, mudou porque o lote cria a sensação de individualidade. As cercas ressaltam este caráter.

A questão principal não está relacionada com a mudança de categoria em si, fazendeiro e/ou sem terra, assentado, comunidade e/ou veredeiros. Na realidade, estamos diante de constantes indefinições na representação de identidades territoriais. O “eu”, identificante, se torna indefinido, as categorias vão se apresentado e, em alguns casos, sendo negadas/ou não, mostram isso. Algumas podem resistir e se tornarem meios de identificação. Outras, ao contrário, podem desaparecer. A exemplo disso, durante a nossas entrevistas, o termos fazendeiros e sem terras não apareceram. Não obstante, estas categorias demonstram certo distanciamento entre os assentados são frequentes, como por exemplo, os “de lá”.

Isso, porém, é explicável, pois o fato de serem todos veredeiros não significa o reconhecimento como pertencentes ao mesmo grupo de parentesco e de vizinhança. Afinal de contas, estes homens e mulheres estavam espalhados por todo um território de mais de 84. 000 Km², e muitos nem se conheciam. De forma arbitrária, no Projeto de Assentamento são obrigados a compartilhar as experiências. É evidente que as diferenciações, os conflitos surjam. Mas, é isto o que vai dar consistência e criar uma vivência histórica na conformação da identidade.

A fim de avançar nas análises, devemos dizer que a importação e a incorporação de outros conhecimentos aos do veredeiro sempre ocorreram, mas, importante a ser salientado são as condições atuais em que isso acontece. Quando veredeiro assentado se vale de técnicas de produção como o tombamento do Cerrado, por meio de tratores e/ou

uso de produtos químicos, é porque os seus conhecimentos não são suficientes para tornar aquela terra produtiva.

Estamos diante de processos novos e de necessidades novas. A roça de toco, técnica veredeira, não é o suficiente para fazer a terra produzir. E mesmo que fosse, o não suficiente seria o espaço que cada assentado possui. Afinal de contas, a largueza dos Gerais foi reduzida a lotes de 40 a 80 hectares. Mas quando afastamos do plano produtivo, podemos observar outros pontos que revelam que as vivências veredeiras ainda persistem. O exemplo pode ser a manutenção do rancho feito com palha de buriti, ou os utensílios domésticos usados na cozinha. E mesmo a agricultura que sofreu as mais duras transformações, ainda conserva alguns ingredientes básicos. Apesar da mudança no modo de produzir, se produz o de antes, o necessário à família camponesa, o milho, o arroz e a mandioca etc.

Devemos dizer, porém, que somos seres datados, existimos em um tempo-espaço muito específico, o nosso fim é o fim destas imaginações geográficas. Os velhos veredeiros com o tempo não mais existiram, os seus saberes e práticas também não. Aos jovens cabe a escolha da (re)construção da identidade, o presente a eles está disponível, o passado é mais fugaz, lembranças de pais e avós não os pertencem. É preciso pensar em que medida as Veredas e o assentamento são significantes a eles. E desta escolha que as novas identidades, híbridas, surgem e se afirmam.

Além disso, é preciso considerar que as imposições ambientalistas já vinham criando empecilhos à atualização do conhecimento veredeiro secularmente construído sobre o manejo do ambiente e que a maioria dos jovens que atualmente habitam o PA São Francisco, conviveu mais com a criminalização das práticas territoriais do que com as relações mais diretas com o ambiente sociabilizado. Afinal de contas, eles estavam no centro dos programas de educação ambiental, viram seus pais perderem o gado e a terra de trabalho, estranhos adentrando em suas casas em busca de apetrechos de casa. Estes pontos estão impregnados na cosmovisão destes veredeiros.

No PA São Francisco, “o saber-fazer” e o “saber-viver” se faz com a incorporação do novo que chega por meio de “estranhos”, ambientalistas, ONGs, técnicos do INCRA, sindicatos e o IBAMA. O novo se apresenta por meio de políticas públicas, delimitações legais sobre o ambiente e também por meio do uso incorporado à

vida através de modelos externos à vivência local. Para isso, readéquam as representações e seus territórios a situações adversas como as novas práticas de produção que estão se interligando a “modernidade” tardia, à tecnologia e ao mercado que apropriam e expropriam, pressionam e ameaçam suas práticas cotidianas e introduzem novos hábitos e novas formas de uso da natureza.

A partir do que observamos até aqui acreditamos que existe dois processos simultâneos e complementares no PA São Francisco. Primeiro, ocorre uma reterritorialização precária ou uma desterritorialização prolongada. Segundo, há uma reterritorialização multifacetária a partir da qual o elemento do território-Veredas se junta às práticas territoriais do assentamento. Isso ocorre devido ao fato de estarmos lidando com sujeitos multifacetários e relacionais, cada grupo experimenta os processos de forma desigual, desigual, portanto, é a forma como isso se manifesta.

Uma ideia essencial é aquela defendida por Marcelo Cervo Chelotti, de que “o processo de reterritorialização é realizado ao mesmo tempo com manutenções, e, também, adaptações ao novo meio” (CHELOTTI, 2009. p. 245). Este autor ao trabalhar a reterritorialização camponesa em assentamentos de Reforma Agrária na Campanha Gaúcha demonstra a dialética que se processa entre o território primeiro, aquele de origem, e um território segundo, o da reterritorialização, os assentamentos. O encontro com nova realidade social e econômico se faz com ajustamentos de identidades, territórios e representações.

Podemos perceber em Chelotti é que enquanto a desterritorialização nega o sentido de território, os laços culturais e as identidades, a reterritorialização acorda os sentimentos mais íntimos que envolvem o grupo, a família, a terra de trabalho como conquista. Vemos, portanto, que a reterritorialização é uma relação orgânica, as suas “expressões” estão na economia, na política e na cultura destes assentados. De outro modo, podemos dizer que a reterritorialização é ao mesmo tempo uma forma de luta pela conquista do território e de readequação de suas concepções de mundo a uma realidade territorial. “O ‘sucesso’, a permanência, a adaptação do camponês” nesta nova realidade territorial “[...] dependerá tanto de elementos objetivos, como apoio institucional, quanto de elementos subjetivos como a adaptação aos ‘costumes’ do novo meio” (CHELOTTI, 2009. p. 247).

A questão destes camponeses que rompem as fronteiras dos latifúndios na Campanha Gaúcha é exemplar, o processo de reterritorialização envolve sempre elementos que são constituidores da condição humana: as representações, culturas, naturezas, identidades e tempos-espacos. E como sugere Zilá Mesquita, “modos de ver e sentir a realidade nos impedem ou nos facilitam formas de atuar sobre o território” (MESQUITA, 1997, p. 6), até porque cada sujeito desterritorializado procura o seu território de direito. Para isso, há a “manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local” (LITTLE, 1994, p. 11).

As anotações antecedentes nos mostram o quão os elementos subjetivos são importantes na reterritorialização, todavia, não podemos tomá-los como a transposição cultural, identitária e/ou territorial. Não é possível, simplesmente, levar determinados elementos de um território a outro. Eles são resignificados durante este processo, são mesmos e outros ao mesmo tempo. Dois tempos que se encontram: o antes e o agora, para formar o depois.

O desequilíbrio criado, social e territorial, pela desterritorialização, faz com que a coerência entre territórios e identidades se rompam, a reterritorialização vem para reorganizar este processo. Marcada pela influência pretérita, a ação humana sobre o espaço é uma tentativa de reconstrução. Mas, o território não é como a “casa de caracóis”, ele é datado e especializado, não pode simplesmente ser transposto de um lugar a outro.

A “(re)territorialização” ocorre no sentido de formar “novos territórios, através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço” (HAESBAERT, 1997, p. 117). Esta reapropriação pode ter caráter diferente, com reterritorializações mais fechadas e/ou guetificadas e também outras mais abertas e multiculturais. Em outras palavras, “a reterritorialização pode ser libertária, surgindo opções e contrastes, permitindo a livre manifestação de identidades, e ao mesmo tempo opressora, quando se fecha, voltando-se apenas para os seus iguais e ignorando o diálogo e o confronto renovadores” (HAESBAERT, 1997, p. 271).

As reterritorializações fechadas sobre si mesmas acontecem porque há “a fragmentação pela supervalorização do território”. O efeito pode ser negativo, assim como aquelas que privilegiam “a fragmentação pela valorização das redes e da globalização”, que cria “rápidas mudanças de escalas (e, conseqüentemente, de

parâmetros identitários)”. O efeito de uma e de outra podem, ser semelhantes porque geram o conflito, a instabilidade territorial e a “vivência concomitante de múltiplas identidades” (HAESBAERT, 1997, p. 271).

Os mesmos elementos que engendram a desterritorialização podem ser fundamentais para a reterritorialização; o contrário também pode se afirmado, a reterritorialização podem dar gênese a uma nova desterritorialização. O diferencial está em como cada elemento se processa. Tudo depende do sujeito do engajamento de cada sujeito neste processo, diz Haesbaert, “não existem processos exclusivamente desterritorializantes” e/ou exclusivamente reterritorializantes (HAESBAERT, 1997, p. 271).

Isso permite verificar a processualidade e quão tênues são estes processos. Neste caso, o que torna a reterritorialização singular são os agenciamentos elaborados a partir dela. A reterritorialização “qualifica, identifica e/ou distingue” os sujeitos que nela estão envolvidos. Além disso, tem caráter “simbólico e funcional” e “promove a estabilidade relativa” e o encontro entre o tradicional e “moderno”, o que tem por si, os indicadores de sua complexidade (HAESBAERT, 1997, p. 260).

E como destaca Medeiros, “criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa a condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída” (MEDEIROS, 2006, p. 43). Ao contrário do que parece, num primeiro momento estes camponês sofrem desterritorialização ao serem assentados devido ao confronto com a nova realidade.

Da mesma forma, a reterritorialização se faz com tempo de vivência e de identificação com espaço apropriado. É, portanto um percurso histórico na existência humana. O território se forja com o tempo, nas produções humanas espaço-temporalizadas, ou seja, é tempo vivido em todas as suas dimensões. Em outras, palavras, só há reterritorialização quando os sujeitos identificam o espaço apropriado como constituidores de sua própria história e quando os grupos se auto-afirmam a partir dele.

Considerações

A mudança dos veredeiros para o PA São Francisco também é uma desterritorialização. O reassentamento em uma natureza diversa, com relações sociais e

produtivas diferentes, a inadequação territorial criou mais uma desterritorialização ou prolongou as demais. Neste caso, temos sucessivas desterritorializações, mas poucas são as possibilidades de reterritorialização.

A busca por um território familiar fez com que os veredeiros deixassem as Veredas em busca de possibilidades de reterritorialização. O PA São Francisco transforma-se em um espaço privilegiado para a construção de novos territórios. No meio deste processo, porém, as mudanças se engendram, os veredeiros perdem parte de suas representações. O tempo neste caso é encarregado de corroer as suas próprias construções: as identidades veredeiras.

Não podemos deixar de reforçar é que a mudança de natureza, Veredas para as Chapadas, tem interferência em todas as dimensões da vida veredeira. As *gentes das Veredas* têm seu espaço simbólico, político e econômico modificado, ou seja, a retirada das Veredas para outro espaço é um elemento mais importantes para constranger a reterritorialização.

De outro modo, ao lado da desterritorialização prolongada e/ou de uma reterritorialização precária, podemos dizer que há expressões de uma reterritorialização que acontece de fato, sobretudo, entre os mais jovens. Neste caso, as suas expressões são também cultural/simbólica, política e econômica.

Estamos diante de processos recentes, os veredeiros que se encontram em desterritorializações prolongadas e/ou em reterritorializações precárias podem engajar-se em reterritorializações múltiplas e os que estão reterritorializando podem entrar em novas desterritorializações, sobretudo, porque os conflitos, as imposições e os sistemas de controle são evidentes. Se de fato a autonomia política, social, cultural e econômica não for conquistada, estes processos podem atomizar.

O mais preocupante, é que as desterritorializações pela imposição de um ideal de conservação não cessou. Com a ampliação do PARNA GSV em 2004, mais 50 famílias camponesas foram afetadas e estão enclausuradas. Aguardam o destino, esperamos que não seja o mesmo dos Veredeiros do PA São Francisco.

A propósito, a nossa pesquisa trabalhou somente com os Veredeiros que foram reassentados no PA São Francisco. Mas, nem todos os veredeiros foram assentados, alguns, não foram para o assentamento, os territórios escolhidos por eles foi à cidade. Uns porque

não aceitaram os fatos ocorridos, outros porque o campo, o ser camponês se revelava cada vez mais difícil. O fator que interliga o assentado e os verdeiros moradores da cidade é, que ambos, de uma forma ou de outra, ainda, estão vivendo suas desterritorializações. As diferenças são que para o assentado ainda há a possibilidade de uma reterritorialização camponesa, para o novo habitante da cidade, as periferias da cidade de Chapada Gaúcha, na maioria dos casos, não é mais possível realizar o ideal de camponês verdeiro.

¹ Os Gerais é para muitos sinônimo de Cerrados. Dentre as suas características destacam as terras de Chapadas, onde se cria o gado a solta, território de uso coletivo para os verdeiros. Além delas, as veredas, onde vivem (viviam) os verdeiros, os tabuleiros e os “resfriados”. (Resfriado é um termo típico para caracterizar os solos que envolvem a Vereda. Segundo informações de um dos entrevistados recebe este nome porque é a parte mais fria dos Gerais) compõem o ambiente Gerais.

² De acordo com um segundo o levantamento da FUNATURA realizado em 1998 a população total na área que abrangia PARNA GSV era de 500 pessoas. Destas, 215 homens, 175 mulheres e 110 crianças. Com relação à propriedade da terra, havia 38 posses e 27 imóveis documentados. Destes 7 tinha menos de 40 hectares, 9 entre 40 e 100, 7 acima de 100 e 4 acima de 500 hectares. Os posseiros trabalhavam em terras como menos de 40 hectares.

³ Olho d’ água refere-se parte interna da Vereda por onde a água circula de fato. O “olho d’ água”, “a mina” e “broto d’ água” são termos utilizados para se referirem as nascentes de águas dentro das Veredas.

⁴ Depoimento do terceiro verdeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁵ Depoimento do sétimo verdeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁶ Depoimento do sexto verdeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁷ Depoimento do sétimo verdeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁸ Depoimentos dos membros da FUNATURA concedido à Andréa Borghi Moreira Jacinto, durante a realização de sua pesquisa de mestrado (JACINTO, 1998, p. 30).

⁹ Depoimentos dos membros da FUNATURA concedido à Andréa Borghi Moreira Jacinto, durante a realização de sua pesquisa de mestrado (JACINTO, 1998, p. 30).

¹⁰ Quando referimos ao termo criminalização, estamos refletindo sobre a legislação ambiental imposta aos verdeiros com a criação do PARNA GSV. Deste modo, o cultivo das Veredas, a queima dos Gerais, a caça e a pesca são proibidas, o que compromete a própria reprodução social.

¹¹ Entrevista concedida a Cloude de Souza Correia durante a realização de sua pesquisa sobre a regularização fundiária no Grande Sertão: Veredas (CORREIA, 2002, p. 106).

¹² Depoimento do terceiro verdeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010

¹³ Depoimento do sétimo verdeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Referências

BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea Milton Santos**: Obra Revisitada. São Paulo: HUCITEC, 1996.p. 160-169.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moises; Ana Maria L. Hardmam. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza- SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF, 2000-2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se**: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha Gaúcha (1990-2007). 2009. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

COSTA, João Batista de Almeida. CANEDO, Karina Soares; GUIMARÃES, Lana; PÁDUA, Alexandre Jorge; OLIVEIRA, Helena. **Os guardiões das Veredas Grande Sertão**: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, Parque nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referencias culturais. Brasília: Fundação Pró- Natureza, set. 2005.

CORREIA, Cloude de Souza. **Do carrancismo ao Parque Grande Sertão Veredas**: (des) organização fundiária e territorialidades. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, UNB, Brasília, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FERNANDES, João Luís. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE ESTUDOS SOBRE QUESTÕES SOCIAIS, I, 2008, Póvoa de Varzim. **Anais...** I Jornadas Internacionais de Estudos Sobre Questões Sociais, 2008. p.1-26.

FUNATURA. **Boletim FUNATURA**. Brasília, nº. 3, jun. 1991.

FUNATURA. **Plano de manejo**: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

FUNATURA. **O Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Brasília: FUNATURA, 2005.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional** (Norte de Minas). Publicação especial 1. Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, ROBERTO, Lobato. **Geografia**: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. P. 165-206.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169 -190.

HAESBAERT, Rogério. BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidades e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia**, Niterói, n.5, p. 43-60, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IPAHN- Instituto de Patrimônio Histórico nacional. **A luz que ilumina**: imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Brasília: IPHAN, 2005.

JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Afluentes da memória**: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 1998. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia e Ciências Humanas, Campinas/UNICAMP, 1998.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. **Textos de História**. Brasília, v.2, n.4, p. 9-18, 1994.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, culturas e inovações. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, p. 41-59, 2006.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFIA Y LAS CIENCIAS SOCIALES, X, 2007, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 1-11.

MESQUITA, Zilá. Reterritorializando modos de ver e sentir. In: 6º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Buenos Aires, Argentina, 17 a 21 de março de 1997. **Anais...CD-ROM**.

MOURA, Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNIZ-SODRÉ. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Salvador: Secretaria Da Cultura e Turismo/IMAGO, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Gerais. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 179-185.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972a. Tomo I.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972b. Tomo II.

ROUX, Michel. O re-encatamento do território (o território nos rastros da complexidade). In silva, Aldo Aloísio Dantas da; Galeano, Alex (org.). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 42-66.

SANTO, Cesar Victor Espírito. Projeto Grande Sertão Veredas- Conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais. **FUNATURA**. Brasília, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Rodrigo Herles. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar: Um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí - MG**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em geografia)- Instituto De Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SILVA, Lenyra Rique. Espaço/tempo: categorias universais na realidade processual de temas geográficos. In: SILVA, Lenyra Rique. **Do senso comum a geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-21.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

Recebido em 30/09/2011 Aceito para publicação em 16/01/2012.
